

**Associação Portuguesa de Treinadores de Taekwondo**

## **Regulamento Eleitoral**



(Aprovado em Assembleia Geral de 30 de Setembro de 2018)

# REGULAMENTO ELEITORAL

## INDICE

Artigo 1º	-	Objeto
Artigo 2º	-	Processo Eleitoral
Artigo 3º	-	Competências da Mesa da Assembleia Eleitoral
Artigo 4º	-	Assembleia Eleitoral
Artigo 5º	-	Capacidade Eleitoral
Artigo 6º	-	Convocação da Assembleia
Artigo 7º	-	Caderno Eleitoral
Artigo 8º	-	Candidaturas e Listas
Artigo 9º	-	Requisitos de Representação
Artigo 10º	-	Apreciação das Listas
Artigo 11º	-	Publicação das Listas
Artigo 12º	-	Boletins de Voto
Artigo 13º	-	Da Votação
Artigo 14º	-	Das Reclamações
Artigo 15º	-	Resultado e Proclamação
Artigo 16º	-	Da Tomada de Posse
Artigo 17º	-	Comunicação dos Resultados
Artigo 18º	-	Entrada em Vigor

# REGULAMENTO ELEITORAL

## PRINCÍPIOS GERAIS

### *Artigo 1º - Objeto*

1. O presente regulamento estabelece os princípios reguladores do processo eleitoral da Associação Portuguesa de Treinadores Taekwondo (adiante designada por APTT).
2. Os casos omissos serão resolvidos em harmonia com a lei e com os preceitos estatutários e regulamentares da APTT.

### *Artigo 2º - Processo eleitoral*

1. A organização do processo eleitoral compete à mesa da Assembleia-geral que, para os efeitos do presente regulamento, toma a designação de Mesa da Assembleia Eleitoral.

### *Artigo 3º - Competências da Mesa da Assembleia Eleitoral*

1. Compete à Mesa da Assembleia Eleitoral:
  - a. Determinar a data das eleições e convocar a respetiva assembleia eleitoral;
  - b. Receber as listas de candidatos aos vários órgãos sociais;
  - c. Apreciar e decidir sobre a legalidade das listas e dos candidatos;
  - d. Mandar elaborar os boletins de voto a utilizar no ato eleitoral;
  - e. Dirigir o ato eleitoral;
  - f. Apreciar e decidir sobre reclamações e recursos que lhe sejam apresentados, em matéria de processo eleitoral.

### *Artigo 4º - Assembleia eleitoral*

1. A Assembleia Eleitoral é composta por todos os sócios efetivos da APTT que tenham a sua situação regular.
2. Cada sócio efetivo tem direito a um voto.
3. Não são permitidos votos por procuração ou por correspondência.

### ***Artigo 5º - Capacidade eleitoral***

1. São elegíveis para os órgãos sociais da APTT todos os treinadores **que tenham a sua situação devidamente regularizada com a APTT.**
2. Não são elegíveis treinadores que:
  - a. **Hajam sido punidos por infrações de natureza criminal, contraordenacional ou disciplinar em matéria de violência, dopagem, corrupção, racismo e xenofobia, até 5 anos após o cumprimento da pena;**
  - b. **Mediante processo judicial ou disciplinar, tenha sido exonerado ou demitido de cargos diretivos, declarados responsáveis por atos ilícitos cometidos no exercício de funções no movimento associativo desportivo;**
  - c. **Exerçam atividades remuneradas em quaisquer organismos desportivos estatais.**
3. São eleitores os sócios efetivos no pleno gozo dos seus direitos.

### ***Artigo 6º - Convocação da assembleia***

1. A Assembleia Eleitoral é convocada pelo Presidente da mesa, por escrito, com a antecedência mínima de trinta dias sobre a data designada, devendo ser comunicada à Direção da APTT.
2. A referida convocatória deverá ocorrer até quinze dias antes de expirar o mandato em curso.
3. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores a Assembleia Eleitoral realiza-se no decurso do mês de Dezembro.

### ***Artigo 7º - Caderno eleitoral***

1. Os sócios efetivos deverão estar numa lista, designada Caderno Eleitoral, a qual será afixada e divulgada pela mesa da Assembleia Eleitoral aquando da convocatória para o respetivo ato eleitoral.
2. Nas Assembleias Eleitorais o caderno deve estar elaborado de forma a incluir todos os associados eleitores até à data da convocação da assembleia.
3. O caderno eleitoral deve ser afixado quinze dias antes da data designada para a assembleia eleitoral, no sítio oficial da APTT, informando-se do mesmo aquando da convocatória.
4. O caderno eleitoral deverá ser corrigido logo que se verifiquem incorreções ou omissões, podendo esta correção efetuar-se até ao início do ato eleitoral.

### ***Artigo 8º - Candidaturas e listas***

1. Cada lista deverá conter os nomes dos candidatos aos cargos correspondentes a cada um dos órgãos sociais, fazendo-se acompanhar por cópia do bilhete de identidade e de declaração de cada candidato onde, para além da aceitação da candidatura, se compromete, por sua honra, que preenche as respetivas condições de elegibilidade.
2. As listas candidatas deverão ser formalmente entregues ao Presidente da mesa da Assembleia Eleitoral até às vinte e quatro horas do décimo quinto dia anterior à data fixada para a realização do ato eleitoral.
3. As listas candidatas serão identificadas mediante a atribuição de uma letra de acordo com a ordem de entrada na sede da APTT.
4. Os candidatos propostos não podem integrar mais do que uma lista.

### ***Artigo 9º - Requisitos de representação***

1. É obrigatória a constituição de um mandatário por cada lista candidata, o qual poderá ou não ser designado de entre os elementos que a integram.
2. Cada lista candidata deverá indicar o nome e endereço do mandatário no qual são expressamente delegados os direitos e poderes de representação relativamente ao processo eleitoral.

### ***Artigo 10º - Apreciação das listas***

1. Compete à mesa da Assembleia Eleitoral a apreciação das listas candidatas recebidas nos termos do disposto do artigo 8º do presente regulamento.
2. Qualquer irregularidade verificada na apresentação das listas candidatas entregues será notificada por escrito ao respetivo mandatário com vista a suprir a irregularidade no prazo máximo de três dias.
3. Constitui motivo de rejeição de listas:
  - a. A apresentação fora do prazo previsto no nº 2 do artigo 8º do presente regulamento;
  - b. O não suprimimento de irregularidades nos termos do número anterior.

### ***Artigo 11º - Publicação das listas***

1. Expirado o prazo de apresentação das candidaturas as listas são ordenadas e remetidas aos eleitores constantes em lista própria.

### ***Artigo 12º - Boletins de voto***

1. Os boletins de voto serão em papel opaco, individualizando cada uma das listas candidatas pela letra que lhe foi atribuída de forma clara e inequívoca.

### ***Artigo 13º - Da votação***

1. O voto é direto e secreto.
2. A Assembleia Eleitoral deve iniciar-se à hora indicada na convocatória e manter-se em funcionamento continuamente durante o tempo previsto na mesma, por um período mínimo de duas horas, ou até que todos os eleitores votem.
3. No local destinado à Assembleia Eleitoral terão que estar, sempre, presentes no mínimo dois membros da mesa da assembleia devendo um deles ser o Presidente ou o seu substituto.
4. Os mandatários das listas candidatas poderão estar na Mesa durante o ato eleitoral.
5. Antes do ato eleitoral o Presidente da Mesa procederá à abertura da urna, mostrando o seu conteúdo aos presentes, fechando-a de seguida e dando início à votação.
6. Cada eleitor, no ato do voto, deverá ser identificado pela mesa que efetuará a descarga no caderno eleitoral e entregará o boletim de voto.
7. Após o preenchimento do boletim de voto, o eleitor deverá dobrá-lo em quatro e entregá-lo ao presidente da mesa, que o introduzirá na urna.

### ***Artigo 14º - Das reclamações***

1. Qualquer eleitor inscrito na assembleia de voto ou qualquer dos mandatários das listas poderá suscitar dúvidas quanto ao ato eleitoral e apresentar de imediato reclamação, protesto ou contra protesto devidamente fundamentado.
2. A mesa, recebida a reclamação, o protesto ou contra protesto, delibera de imediato da sua procedência ou improcedência, podendo relegar a referida deliberação para o final do ato eleitoral se entender que tal não afetará o normal decurso do mesmo.

3. As deliberações da mesa, devidamente fundamentadas, são tomadas por maioria absoluta dos seus membros presentes. O Presidente terá voto de qualidade.

#### ***Artigo 15º - Resultado e proclamação***

1. Decididas as reclamações, protestos e contra protestos pela mesa, esta procederá à contagem dos votos, sua publicitação e afixação no local em que se efetuou a Assembleia Eleitoral e no sítio da Internet da APTT.
2. Serão eleitas a listas que obtiverem o maior número de votos.
3. Em caso de empate entre duas ou mais listas, do mesmo órgão, caberá à mesa decidir sobre a realização imediata de uma segunda volta ou a marcação de novo ato eleitoral nos trinta dias subsequentes.

#### ***Artigo 16º - Da tomada de posse***

1. Após a proclamação o Presidente da Mesa dará tomada de posse, aos novos membros dos órgãos sociais, ou marcará dia, hora e local para num prazo máximo de trinta dias ser conferida posse.

#### ***Artigo 17º - Comunicação dos resultados***

1. Os resultados da eleição deverão ser comunicados aos associados, acompanhados de fotocópia da ata da Assembleia Eleitoral assinada pelo Presidente da Mesa da Assembleia-geral Extraordinária em exercício.

#### ***Artigo 18º - Entrada em vigor***

1. O presente regulamento entra em vigor no dia 30 de Setembro de 2018.